

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
CÂMPUS DOIS VIZINHOS

THAINÁ MARCELLA CORDEIRO

**A DIMENSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO POLÍTICO  
PEDAGÓGICO (PPP) DE UM COLÉGIO ESTADUAL EM UM MUNICÍPIO NO  
SUDOESTE DO PARANÁ**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DOIS VIZINHOS

2019

THAINÁ MARCELLA CORDEIRO

**A DIMENSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO POLÍTICO  
PEDAGÓGICO (PPP) DE UM COLÉGIO ESTADUAL EM UM MUNICÍPIO NO  
SUDOESTE DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de TCC do Curso Superior em Ciências Biológicas – Licenciatura, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Dois Vizinhos, como requisito parcial para obtenção do título de Bióloga Licenciada.

Orientadora: Prof. Dra. Anelize Queiroz Amaral

DOIS VIZINHOS

2019



## **TERMO DE APROVAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso nº \_\_\_\_

**A Dimensão Política da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) de um Colégio estadual em um município no sudoeste do Paraná**  
por

**Thainá Marcella Cordeiro**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 15 horas e 00 minutos do dia 18 de junho de 2019 como requisito parcial para obtenção do título de biólogo (Curso Superior em Ciências Biológicas – Licenciatura, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Dois Vizinhos). O candidato foi arguido pela banca examinadora composta pelos membros abaixo assinados. Após deliberação, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO.

---

Prof. Dra. Daniela Macedo de Lima  
UTFPR - DV

---

Prof. Dra. Anelize Queiroz Amaral  
Orientador  
UTFPR – Dois Vizinhos

---

Prof. Dra. Rosangela Maria Boeno  
UTFPR - DV

---

Profa. Marciele Felippi  
Coordenadora do Curso de Ciências  
Biológicas  
UTFPR – Dois Vizinhos

**“A Folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso”**

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.*

*Paulo Freire*

Dedico este trabalho a aqueles que foram os alicerces para a conclusão desta etapa: Deus, Pai e Mãe.

## Agradecimentos

Há um prazer nas florestas desconhecidas;  
Um entusiasmo na costa solitária;  
Uma sociedade onde ninguém penetra;  
Pelo mar profundo e música em seu rugir;  
Amo não menos o homem, mas mais a  
natureza [...]

Lord Bryan

É por meio desta frase que traz tanto de mim que venho agradecer tudo e a todos que foram tão importantes para esta conquista...

Diante de tantas incertezas, dúvidas, medos e angústias a única certeza era seguir um caminho ambiental, a única coragem era em persistir em meus sonhos, e o único conforto era em saber que escolhi o melhor para mim e em ter alguém para se sustentar, Deus.

Para isso, tive como base as pessoas que sempre me incentivaram a jamais desistir dos meus sonhos, a me jogar de cabeça e sempre enfatizando a importância desta etapa, por mais difícil que fosse, valeria a pena, esses são meus pais Ademir Rodrigues Cordeiro e Maristela Viero Cordeiro, em busca dos meus sonhos sempre pensei e penso em vocês, seus ensinamentos e atitudes, sempre numa procura incessante de ser alguém melhor.

Ao meu noivo Felipe Marangão que durante toda a minha vida acadêmica estava disposto a me apoiar, ajudar e dar conforto. Com certeza não foi coincidência, mas estava nos planos de Deus eu encontrar uma pessoa tão especial em minha vida, e que está fazendo parte das realizações de todos os meus sonhos.

Durante todo este longo caminho e às vezes árduo, tive a oportunidade de conhecer muitas pessoas e fazer grandes amigos, por isso não haveria como eu deixar de agradecer minhas amigas, as quais me deram força todos os dias durante esses 4 anos da graduação, se fazendo disponíveis para tudo que eu precisasse, Vanessa Aparecida Alberti Antonelo, minha primeira amiga dentro da universidade, com sua maturidade me fez crescer muito, Jéssica Cousseau Pilonetto, por sempre estar disposta a me acolher abrindo as portas da sua casa. A Fabiane Jacinto de forma genuína a me dar forças. Claudia Cristina Rossoni a amizade mais tardia, somente a partir do 3º período, mas com certeza chegou no momento certo para completar nosso quinteto. Para finalizar, mas não menos importante a Alessandra Chacarski Gibathe por ser minha companheira de van e demonstrar todos os dias sua força de vontade. Aqui explano uma das maiores conquistas que tive durante toda a graduação, a construção de grandes amizades...

A professora Dra. Anelize Queiroz de Amaral, a qual surgiu como uma luz no fim do túnel, aceitando ser minha orientadora neste Trabalho de Conclusão de Curso, você me fez enxergar a Educação Ambiental com outros olhos, me fez ver além do que eu acreditava ser a Educação Ambiental, e por meio disso, fez com que eu me tornasse alguém melhor com outras perspectivas acerca desta área que tanto estimamos.

Finalizando, quero agradecer a todas as pessoas que passaram pela minha vida durante este período, e dizer que nada é perda, somente ganho e aprendizado, o mais importante não é o ganhar, mas sim o lutar e não desistir. Muito Obrigado!

## RESUMO

**CORDEIRO, T. M. A Dimensão Política da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP) de um Colégio Estadual em um município no sudoeste do Paraná.** 2019. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas – Licenciatura), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos, 2019.

O presente estudo, traz como objeto de pesquisa, a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP), de um determinado Colégio Estadual, localizado no Sudoeste do estado do Paraná - Brasil. Desta forma, traz-se como problema de pesquisa a investigação da dimensão política da Educação Ambiental presente no PPP. Sendo assim, este trabalho traz um breve panorama histórico sobre a Educação Ambiental e seus momentos históricos desde seu surgimento, até ser discutida no âmbito da Educação brasileira e a incorporação desta em documentos oficiais. Para tanto, a metodologia utilizada, foi de cunho qualitativo por meio da análise documental do PPP do Colégio Estadual em questão, portanto, buscou-se verificar como a Educação Ambiental vem sendo desenvolvida no colégio, e se neste documento PPP evidencia-se a dimensão política da Educação Ambiental e de que forma. Contudo, após as análises observou-se a presença da Natureza Política da Educação Ambiental, bem como os limites e possibilidades do desenvolvimento desta prática na Instituição de Ensino. Ainda, foi possível visualizar a busca da escola de Educação Básica pelo desenvolvimento do senso crítico de seus educandos e a construção de sujeitos reflexivos quanto a atual relação sociedade-natureza.

**Palavras-chave:** Dimensão Política. Educação Ambiental. Projeto Político Pedagógico.

## ABSTRACT

CORDEIRO, T. M. **The Political Dimension of Environmental Education in the Political Pedagogical Project (PPP) of a State School in a city on the southwest of Paraná.** 2019. 32 f. Final paper for graduation in Biological Sciences, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos, 2019.

The present study brings as a research object the analysis of the Political Pedagogical Project (PPP) of a determined State School, located in the Southwest of the state of Paraná - Brazil. In this way, the investigation of the political dimension of Environmental Education present in the PPP is presented as a research problem. Thus, this work brings a brief historical panorama on Environmental Education and its historical moments from its inception, until it is discussed in the scope of the Brazilian Education and the incorporation of this in official documents. That being the case, the methodology used was qualitative by means of the documentary analysis of the PPP of the State School in question, therefore, it was sought to verify how the Environmental Education has been developed in the school, and if in this PPP document is make known the dimension of environmental education policy and how. However, after the analysis the presence of the Political Nature of Environmental Education was observed, as well as the limits and possibilities of the development of this practice in the teaching institution. Still, it was possible to visualize the search of the school of basic education for the development of the critical sense of its students and the construction of reflexive subjects regarding the current relation society-nature.

**Keywords:** Political Dimension. Environmental education. Political Pedagogical Project.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>EA</b>	Educação Ambiental
<b>LDB</b>	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>PCN's</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PNEA</b>	Política Nacional da Educação Ambiental
<b>PNMA</b>	Política Nacional do Meio Ambiente
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>ProNEA</b>	Programa Nacional da Educação Ambiental

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Educação Ambiental no âmbito educacional brasileiro ..... 16
- Figura 2** – Dimensões presentes na Natureza Política da Educação Ambiental ..... 18

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Um breve panorama da Educação Ambiental .....</b>	<b>14</b>
<b>3 MATERIAIS E MÉTODOS .....</b>	<b>21</b>
<b>3.1 Abordagem de pesquisa .....</b>	<b>21</b>
<b>3.2 Procedimentos da pesquisa.....</b>	<b>22</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>23</b>
<b>5 CONCLUSÕES .....</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) está muito presente na atualidade. Esta, serve como um meio para despertar nos alunos a sensibilização, pensamento crítico e reflexivo das questões socioambientais. Assim, o trabalho inicia apresentando esse campo do conhecimento.

A Educação Ambiental passou por vários momentos históricos até chegar a ser discutida no âmbito da Educação<sup>1</sup>, uma vez que, o surgimento desta se deu por meio da “preocupação da sociedade com o futuro da vida e com a qualidade da existência das presentes e futuras gerações” (CARVALHO, 2012, p.51), ou seja, seu surgimento se deu no palco dos movimentos sociais ambientalistas e não no campo da Educação, até mesmo por se tratar de um período em que essas questões não podiam ser colocadas em pauta.

Para Carvalho (2006), a falta de clareza sobre o entendimento em relação à temática ambiental e aos processos educativos pode promover uma “ilusão pedagógica” ou até mesmo uma ação simplesmente “mitigadora, tanto dos impactos ambientais como de nossas angústias e ansiedades individuais, quando não de uma *aventura inconsequente*” (CARVALHO, 2006, p. 22).

Sendo assim, precisamos avançar para perspectivas que ultrapassem ações meramente pontuais, descontextualizadas e pragmáticas. Precisamos reconhecer a necessidade de uma perspectiva que questione o atual modelo de relação sociedade-natureza, obsolescência programada/simbólica, desigualdades sociais e injustiças socioambientais (AMARAL, 2018).

É neste sentido que a Educação Ambiental crítica, no plano pedagógico, se torna:

[...] uma prática educativa impertinente, pois questiona as pertencas disciplinares e os territórios de saber/poder já estabilizados, provocando com isso mudanças profundas no horizonte das concepções e práticas pedagógicas (CARVALHO, 2012, p. 55).

---

<sup>1</sup> Ler: AMARAL, A. Q. Panorama histórico da Temática Ambiental e Educação Ambiental: um campo em constante (re) construção, Revista do Mestrado em Educação Ambiental, 2019.

Diante do exposto acima, observando a importância que o Projeto Político Pedagógico (PPP)<sup>2</sup> assume nas Instituições de Ensino para nortear as questões levantadas até aqui, o presente trabalho traz como um de seus objetivos, fazer o diagnóstico do PPP de um Colégio Estadual situado em um município no Sudoeste do Paraná, objetivando verificar por meio de uma análise documental, se ocorre o desenvolvimento do tema Educação Ambiental em sua proposta pedagógica e se este possui indicadores de uma dimensão política.

Mediante este contexto tem-se como problema de pesquisa a seguinte indagação: O que é trazido no PPP da escola de Educação Básica em questão sobre a Educação Ambiental e a sua natureza política?

---

<sup>2</sup> Projeto Político Pedagógico (PPP) regido pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) 1996. Instrumento este, que “exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos no processo educativo” (VEIGA, 1998, p. 9).

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Um breve panorama da Educação Ambiental

Nos dias atuais, vem sendo muito discutidas ações voltadas ao meio ambiente, devido à degradação ambiental que vem se intensificando com o passar do tempo de várias maneiras, como por exemplo, pelas ações antrópicas por meio do uso indiscriminado de agrotóxicos, desmatamentos, emissão de gases poluentes, produção de resíduos, contaminação dos bens naturais, dentre muitos outros elementos.

Sendo assim, a Educação Ambiental se torna um instrumento que pode ser usado como forma de questionar essas ações, tendo o objetivo de questionar e provocar a diminuição desse processo de degradação dos bens naturais e desigualdades sociais.

A Educação Ambiental vem sendo discutida desde meados de 1940, como no encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris, época essa onde se tem os primeiros registros de falas sobre o conceito de Educação Ambiental (BRASIL, 2007, p. 12), mas, somente no ano de 1965 é que se tem registro da utilização deste termo em um artigo publicado no encontro ocorrido na Grã-Bretanha, chamado *“The Keele Conference on Education and the Countryside”* (PARANÁ, 2008).

No entanto, somente no ano de 1948, a atenção mundial foi chamada para uma grande névoa devido à poluição atmosférica que se instaurou no céu de uma cidadezinha chamada Donora no estado da Pensilvânia nos Estados Unidos. Por causa desta poluição, ocorreu uma inversão térmica, onde aproximadamente seis mil pessoas adoeceram e dezessete morreram. Após este episódio, teve-se início a implementação de medidas para o controle desses poluentes, de forma a reduzir ocorrências de fenômenos ambientais como este (DAVIS; MASTEN, 2016, p.578). O evento de Donora, foi um marco no que diz respeito às questões socioambientais, pois chamou a atenção da população local e internacional para as questões de ordem socioambiental.

No ano de 1962, Rachel Carson lançou um livro intitulado *“Primavera Silenciosa”*, o qual trazia descrito os efeitos que pesticidas como o

diclorodifeniltricloroetano (DDT) causavam ao meio ambiente e às pessoas ao longo dos anos. Tal publicação causou polêmicas e debates sobre o assunto, envolvendo até o presidente Kennedy, o qual “ficou impressionado o bastante para se referir ao trabalho de Carson numa conferência de imprensa em agosto de 1962 e para solicitar a seu consultor científico que estudasse a questão dos pesticidas” (MCCORMICK, 1992, p. 70). Carson, recebeu ainda duras críticas das indústrias químicas sobre sua publicação os quais tinham em seu discurso,

[...] uma tentativa clara de desqualificar a obra porque seu autor é uma mulher [...] e também cientificamente, já que afirma que Carson distorceu dados [...] devido ao fato de Carson não ter um doutorado. E por ela ser bióloga marinha e não bioquímica (BONZI, 2013, p. 212).

O livro “Primavera Silenciosa” serviu como uma alerta mundial sobre os danos causados pelo uso dos agrotóxicos, bem como “evidenciando a necessidade de uma nova concepção civilizatória que não trate a Natureza como inimiga do Homem” (BONZI, 2013, p. 214).

A partir destes primeiros eventos que serviram como marco para a história da Educação Ambiental, desencadearam-se vários outros acontecimentos, os quais se tornaram de expressiva importância para a construção desse campo do conhecimento.

Dentro do âmbito educacional, somente no ano de 1975 é que a Educação Ambiental foi reconhecida como um campo da Educação, ano este no qual ocorreu o evento do Seminário Internacional sobre a Educação Ambiental, promovido pela UNESCO, e realizado em Belgrado, momento em que houve a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA, o qual formulou os princípios orientadores para o futuro relacionados à Educação Ambiental (BRASIL, s/a).

Seguindo este histórico da Educação Ambiental, apenas a partir de 1988 é que a Educação Ambiental, por meio da Constituição Federal, começou a ser exigida em todos os níveis de ensino no Brasil, como trazido por Amaral (2018, p. 265), enfatizando que “no início dos anos 1980, começou a se impor a necessidade de incluir na arena dos debates ambientais as propostas relacionadas com os processos educativos, de forma a buscar outros caminhos para repensar a relação sociedade-natureza”.

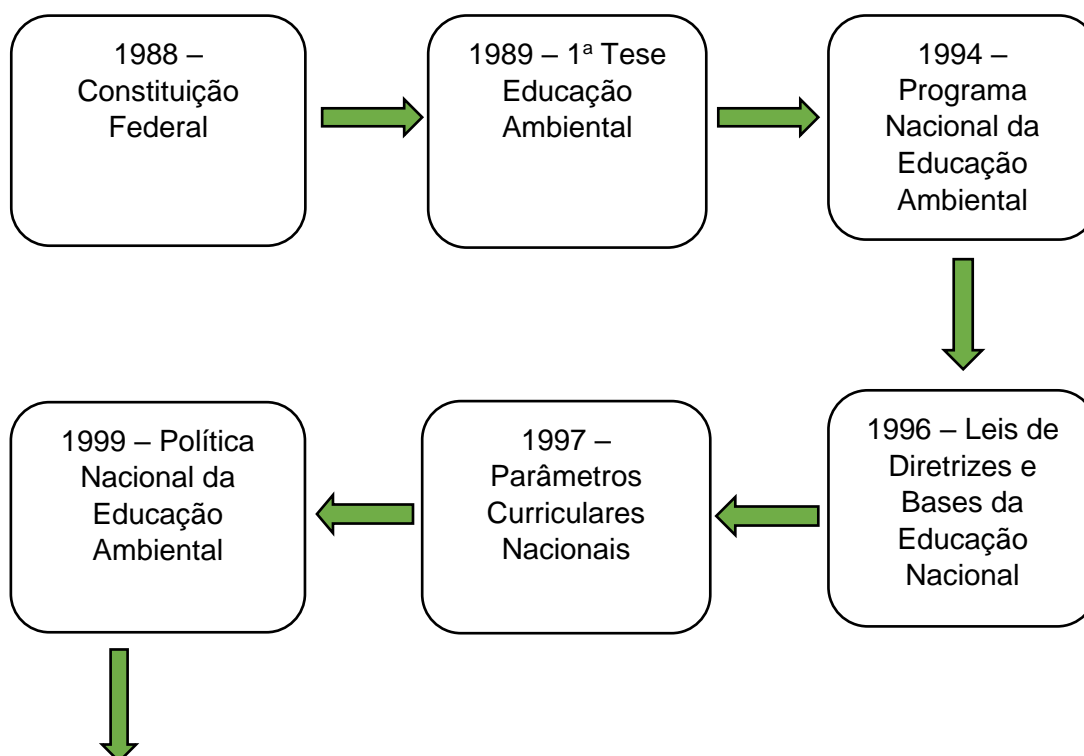
Uma vez que o surgimento da Educação Ambiental no Brasil, se deu a partir de movimentos ambientalistas que ocorreram na época da ditadura militar, na década de 1960-1970, o que trouxe alguns problemas teóricos-metodológicos para este campo, devido à perspectiva conservacionista em seu surgimento, visando apenas o salvacionismo do meio ambiente, e não uma Educação Ambiental crítica/reflexiva.

Assim como trazido por Magacho (2017 p. 57), “o ‘movimento ambientalista’ surge nos países pobres do Sul, desencadeados por conflitos socioambientais e que visam à construção de novas formas de relação com a natureza a partir da transformação do modo de produção”. Esses movimentos surgiram na década de 70, época na qual a sociedade sofria muita repressão por parte do governo através da ditadura militar no Brasil, momento esse em que o discurso ambiental se apresentou inicialmente como a tendência do “culto silvestre” sem os devidos questionamentos às desigualdades sociais, consumismo e injustiças socioambientais.

Como já visto acima, apenas no ano de 1975, após trinta e cinco anos desde o primeiro registro sobre o termo Educação Ambiental é que esta temática foi inserida nas pautas de eventos de grande dimensão, como o Encontro de Belgrado.

Dentro do cenário educacional do Brasil, a Educação Ambiental passou por vários momentos históricos (Figura 1). Vejamos:

**Figura 1 – Educação Ambiental no âmbito educacional brasileiro**





2012 – Diretrizes  
Curriculares  
Nacionais para a  
Educação  
Ambiental

Fonte: Autoria própria, 2019

Como pode ser observado na Figura 1, somente na década de 1980 com uma abertura política sendo instaurada no país, por meio da aprovação do parecer 226/87 pelo Plenário do Conselho Federal da Educação é que se considerou necessária a inclusão da Educação Ambiental nos conteúdos curriculares, sendo que na Constituição Federal de 1988 essa tendência ganhou força em seu inciso VI, artigo 255 que estabeleceu a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a sensibilização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, p. 36).

Pouco tempo após a inserção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino pela Constituição Federal de 1988, durante o ano de 1989 foi publicada a primeira tese no Brasil nesta área, intitulada como “*A Temática Ambiental e a Escola de 1º grau*” do pesquisador Luiz Marcelo de Carvalho, tornando-se um marco da Educação Ambiental brasileira.

A partir da década de 1990, muitos momentos históricos importantes para a Educação Ambiental no cenário educacional do Brasil aconteceram. Em 1994 por meio do amparo da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi formulado o Programa Nacional da Educação Ambiental (ProNEA) o qual tinha por missão, “a educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis com pessoas atuantes e felizes em todo Brasil” (BRASIL, 2014, p. 26), de forma a promover a formação de educadores e gestores ambientais.

No ano de 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, neste documento menciona-se pouco sobre a Educação Ambiental, mas Amaral (2018, p.268) menciona que a LDB, “evidenciou a questão ambiental na educação escolar e em decorrência dessa legislação aprovou-se, em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) pelo MEC, definindo o

meio ambiente como um dos temas transversais a ser trabalhado no ensino fundamental”.

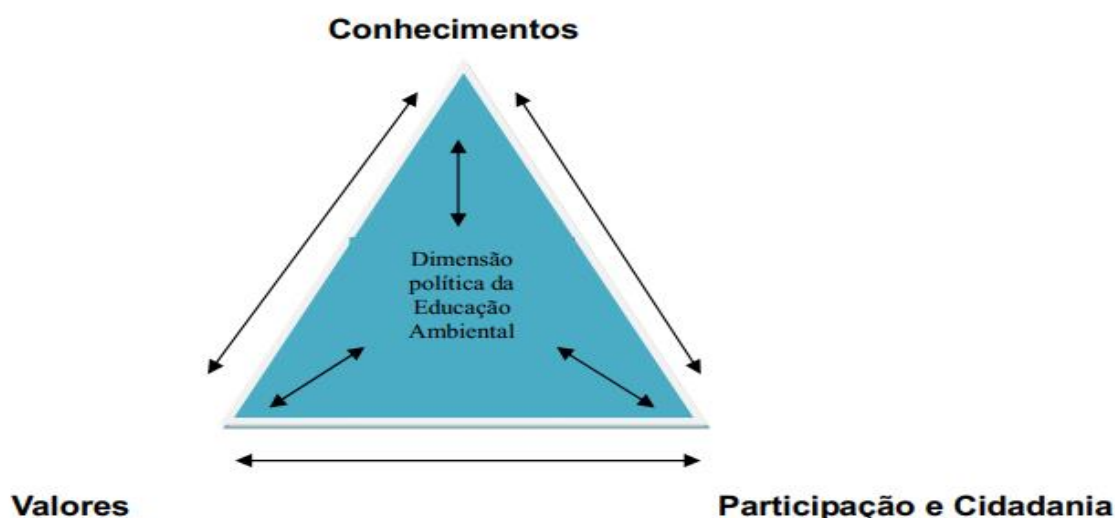
Em 1999 foi sancionada a Lei nº 9.795/99 que institui a Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA), trazendo em seus Art. 9º e Art. 10º em quais níveis de ensino, e de que forma a Educação Ambiental deve ser desenvolvida no processo educativo.

Ainda, como marco da Educação Ambiental na esfera educacional brasileira, temos a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental no ano de 2012, esta, dispõe sobre as orientações para a implementação da Lei nº 9.795/99 que institui a PNEA nas instituições de ensino de Educação Básica e Educação Superior.

A partir deste breve histórico da Educação Ambiental no âmbito da educação brasileira, a Educação Ambiental se torna um tema presente e de grande relevância dentro de diversos âmbitos, não apenas na Educação formal, mas também, dentro das diversas discussões travadas pela sociedade, colocando em evidência a necessidade de se pensar a sua dimensão política.

Uma vez que, a dimensão política da Educação Ambiental se torna uma questão muito importante para as discussões no campo educacional, pois, apresenta três elementos de grande valia para a sociedade, estes abordam as áreas da natureza dos conhecimentos, dos valores éticos e estéticos e da participação política do indivíduo (Figura 2).

**Figura 2 –** Dimensões presentes na Natureza Política da Educação Ambiental.



Fonte: Carvalho, 2006

Com relação a dimensão dos valores éticos e estéticos, Carvalho (2006, p. 34) nos trouxe que:

[...] é a necessidade de compreendermos melhor o nosso compromisso ético com a vida e com as futuras gerações e também de criarmos uma cultura que nos leve a novos padrões de relação sociedade-natureza. Por outro lado, insiste-se nas possibilidades de que trabalhos educativos incorporem valores relacionados com a dimensão estética da realidade, procurando explorar a beleza e os mistérios da natureza.

Ainda dentro desta dimensão valorativa, Bonotto (s/ano) comenta sobre os valores “ambientalmente desejáveis” os quais seriam:

- a valorização da vida, dos seres humanos e de todos os seres;
- a valorização da diversidade cultural das sociedades humanas;
- gerações presentes e futuras;
- a valorização das diferentes formas de conhecimento;
- a valorização de um modelo de sociedade baseado na sustentabilidade equitativa e qualidade de vida para todos;
- a valorização da responsabilidade, da solidariedade, da cooperação e do diálogo para a construção de uma sociedade justa e equilibrada, social e ambientalmente (SENA; BONOTTO, 2012, p. 185).

Desta forma, “tais reflexões nos encaminham para pensar sobre as possibilidades e limites da participação da escola no processo de construção de uma nova visão de mundo” (SENA; BONOTTO, 2012, p. 185).

Percebe-se a importância do trabalho da dimensão dos valores na escola, pois esta pode ter uma relação estreita junto ao indivíduo, de forma a proporcionar o desenvolvimento e compreensão de novos saberes, valores e habilidades em relação à natureza, possibilitando a busca de novos padrões sociedade-natureza, assim como a formação de sujeitos de caráter crítico-reflexivo.

Seguindo as dimensões da natureza política da Educação Ambiental, Cinquetti e Carvalho (2004, p. 162, grifo do autor) relataram que:

Cabe a dimensão dos **conhecimentos** debater a relevância das ênfases e abordagens dos conteúdos e conceitos relativos à temática ambiental, tomando como parâmetro o conhecimento acumulado historicamente e disponível nas áreas das Ciências Naturais e Humanas, da Filosofia e de outras experiências de produção de conhecimento sobre o mundo da natureza e o mundo da cultura.

Desta forma, o principal objetivo desta dimensão é o desenvolvimento e produção do conhecimento individual sobre as questões do meio natural, social e científico.

Além das dimensões de valores éticos/estéticos e a dos conhecimentos, temos ainda a dimensão política, representada pela participação e cidadania entre outros indicadores dessa dimensão. Amaral (2018) expõe que participação e cidadania, são alguns dos diversos indicadores presentes dentro da dimensão política da Educação Ambiental, assim como outros indicadores: democracia, autonomia, emancipação, entre outros.

Esta dimensão para Carvalho (2006, s/p):

[...] se concretiza pela práxis humana, por meio da participação coletiva dos indivíduos na construção do ideal de cidadania e de uma sociedade democrática, desvenda o caráter contraditório e dialético do processo educativo.

Sendo assim, quando falamos em processo educativo dentro das escolas de Educação Básica que envolva a questão da Educação Ambiental, Carvalho (2006 apud AMARAL, 2018, p. 85) nos traz que “toda atividade que envolva o processo educativo e a temática ambiental deve ser considerada um ato político”, uma vez que se trata de escolhas e posicionamentos que devem ser tomados em prol de um bem comum, o que evidencia novamente a dimensão política da Educação Ambiental.

Diante do contexto apresentado surgem questionamentos sobre como as escolas de Educação Básica, e nesse caso uma Escola Pública de um município no sudoeste do Paraná, vêm trabalhando a Educação Ambiental dentro do seu PPP, e se a Natureza Política da Educação Ambiental pode ser observada nesse documento e nas ações realizadas.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

#### 3.1 Abordagem de pesquisa

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente estudo, foi uma abordagem de pesquisa qualitativa de análise documental do PPP.

Lüdke e André (2013) relataram que a técnica de análise documental ainda é pouco explorada nas diversas áreas do conhecimento, porém se trata de uma técnica que pode ser valiosa dentro dos estudos que abrangem a abordagem qualitativa. A abordagem de pesquisa documental pode ser “uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação” (LÜDKE; ANDRÉ, 2013, p. 45).

Uma vez que, essa pesquisa tem como fonte de dados, o documento PPP. Vejamos:

Na pesquisa documental, três aspectos devem merecer atenção especial por parte do investigador: a escolha dos documentos, o acesso a eles e a sua análise. A escolha dos documentos não é um processo aleatório, mas se dá em função de alguns propósitos, ideias ou hipóteses (GODOY, 1995, p. 23).

Nesse sentido, buscou-se um documento de fácil acesso e relevância no contexto escolar, neste caso o PPP é um documento com embasamento fundamentado por toda gestão escolar e disponibilizado pela própria escola de Educação Básica, com isso, inicialmente selecionamos e caracterizamos o tipo de documento para estudo permitindo inferir sobre o determinado contexto onde houve análise deste documento em busca de ações que caracterizem a Educação Ambiental e sua natureza política.

Desta forma trabalhamos também com a abordagem qualitativa de investigação, que de acordo Amaral (2018, p. 41) nos possibilita “interpretar e compreender os fenômenos em termos de significados e sentidos, a abordagem de pesquisa qualitativa nos possibilita situar o sujeito e o objeto de pesquisa no mundo”.

Diante disso, Denzin e Lincoln, (2006, p. 17) nos dizem um pouco sobre essa abordagem de pesquisa, mencionando que:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem [...] interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Ainda, Gibbs (2009) nos traz suas contribuições sobre a pesquisa qualitativa, dizendo que:

[...] os dados qualitativos são essencialmente significativos, mas, mais do que isso, mostram grande diversidade. Eles não incluem contagens e medidas, mas sim praticamente qualquer forma de comunicação humana – escrita, auditiva e visual; por comportamento simbolismos ou artefatos culturais (GIBBS, 2009, p. 17).

Dessa forma, assim como apontado acima sobre a pesquisa qualitativa e sua diversidade, no presente estudo, trabalhou-se com a pesquisa qualitativa documental.

### **3.2 Procedimentos da pesquisa**

Exposta a abordagem de pesquisa do presente trabalho apresentaremos os itens de investigação percorridos no (PPP) do Colégio onde ocorreu a pesquisa para que o presente estudo fosse possível, são eles:

- Diagnóstico de forma detalhada do (PPP) do Colégio Estadual situado em um município no sudoeste do Paraná, afim de verificar a presença do tema Educação Ambiental;
- Análise documental das formas como as ações/temas sobre a Educação Ambiental estão sendo propostas no PPP;
- Investigação acerca dos indicadores da dimensão política da Educação Ambiental;
- Levantamento das possibilidades e limitações dessa prática no espaço escolar.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscou-se através da análise do PPP da escola de Educação Básica em questão, diagnosticar a presença da Natureza Política da Educação Ambiental dentro do contexto escolar da presente Instituição de Ensino.

Para Carvalho (2006), o processo educativo se torna um agente eficaz de transformação. Desta forma, buscou-se encontrar no PPP a Natureza Política da Educação Ambiental nas ações a serem desenvolvidas pela escola de Educação Básica, tendo em vista ainda, buscar a forma com que os professores desenvolvem essas práticas, e se há um questionamento acerca do atual modelo de relação sociedade-natureza de forma crítica.

Portanto, iniciou-se a análise do PPP pela busca do tema Educação Ambiental e nessa primeira busca verificamos que a primeira menção do termo Educação Ambiental é feita no subitem 9.5, localizado dentro do item 9.0 denominado como “Desafios Socioeducacionais”.

A partir disso, analisou-se todo o texto presente dentro do subitem 9.5 e observamos que o mesmo veio a ser contemplado dentro desta escola de Educação Básica por meio da referência à Lei nº 9.795/99 que dispõe sobre a Política Nacional da Educação Ambiental. Vejamos:

A escola contemplará a Educação Ambiental como componente obrigatório da educação formal e não formal nos termos da Lei 9795/1999 (PPP, 2017, p.62).

Assim, é importante estar discriminado no PPP a forma com que as ações e temáticas relacionadas à Educação Ambiental vêm sendo desenvolvidas na presente instituição, uma vez que faz parte dos desafios socioeducacionais propostos. Diante disso, observou-se que esta escola de Educação Básica visa integrar todas as disciplinas do conhecimento ofertadas na presente instituição com a prática da Educação Ambiental, o que de certa forma faz uma referência à necessidade da promoção da interdisciplinaridade no espaço escolar. A seguir o excerto que faz essa referência:

A questão ambiental exige uma integração de **todas as áreas**, pois é necessário que se enxergue as diferentes facetas e implicações dos

problemas ambientais e dos conhecimentos, a fim de possibilitar ações mais consequentes e de menor impacto (PPP, 2017, p.62, grifo nosso).

Fortes (2009, p. 4) apresentou a maneira que podemos trabalhar de forma a contemplar a interdisciplinaridade. Vejamos:

Para que ocorra a interdisciplinaridade não se trata de eliminar as disciplinas, trata-se de torná-las comunicativas entre si, concebê-las como processos históricos e culturais, e sim torná-la necessária a atualização quando se refere às práticas do processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, Schoeninger (2018) nos fala sobre a interdisciplinaridade como aquela que integra os diversos saberes, mas mantendo suas particularidades.

As práxis educativas devem considerar as diferentes dimensões que permeiam a forma como o homem coloca-se no mundo, e, deste modo, considerar valores, conhecimentos e indicadores políticos que são imprescindíveis para que a interdisciplinaridade alcance seus objetivos (SCHOENINGER, 2008 p. 18).

Por isso buscou-se saber como essas ações/temas são trabalhados nesta instituição. Para tanto, observamos no subitem 9.5 o seguinte excerto:

No Colégio serão promovidas atividades que visam sensibilizar os educandos para a Educação Ambiental, cujas ações cotidianas, como a “realização de peças teatrais, danças, filmes, dinâmicas de grupos, passeios, seminários, exposições e feiras (PPP, 2017, p. 62).

Ao desenvolver diferentes práticas dentro de sala de aula e/ou no espaço escolar possibilita-se ao educando sentir-se integrado aquele meio, permitindo que este use de sua criatividade e imaginação transformando essas ações em algo lúdico, tornando-se prazeroso para que os alunos desenvolvam, pratiquem e aprendam sobre a Educação Ambiental. Uma vez que,

Em muitos casos uma atividade em sala de aula pode ser muito rica e diversificada para a educação ambiental, dependendo, em muito, da nossa capacidade criativa e da nossa habilidade no sentido de trazer para as nossas relações metodológicas e pedagógicas quotidianas, em cada disciplina, a discussão desta temática em suas múltiplas dimensões (BARCELOS, 2012, p. 73).

Através de atividades criativas as quais deverão ser desenvolvidas pelos professores e educandos propostas nesse PPP para essa escola de Educação



Básica, observamos que esta tem por objetivo despertar nos alunos o senso reflexivo relacionado as questões socioambientais. A saber,

A escola deve ser o local privilegiado para a **reflexão** e para a **promoção social** do ideário denominado de sociedade Sustentável. Tal ideário deve ser construído na prática a partir da realidade escolar e em suas inter-relações [...] (PPP, 2017, p. 62, grifo nosso).

Para isso, se torna importante o educando conhecer, sentir, fazer parte da realidade à qual deseja transformar, para que assim as ações que a escola de Educação Básica visa desenvolver se tornem efetivas e transformadoras.

A análise minuciosa deste documento possibilitou verificar a presença da Natureza Política da Educação Ambiental, uma vez que observamos nesse documento a proposta de desenvolvimento de ações que contemplam as três dimensões como a dos valores éticos e estéticos, a dimensão do conhecimento e a dimensão política, da Educação Ambiental. Vejamos o que está mencionado no item 9.5:

[..] parte do princípio que a escola pode transformar-se no espaço em que o aluno terá condições de **analisar a natureza** em um contexto entrelaçado de **práticas sociais** (PPP, 2017, p. 62, grifo nosso).

A educação ambiental, além de possibilitar aos alunos o **reconhecimento de fatores que produzam bem-estar ao conjunto da população, deve despertar no aluno um espírito de crítica às induções ao consumismo, além de desenvolver o senso de responsabilidade quanto ao uso dos bens comuns e dos recursos naturais, de modo que respeite o ambiente e as pessoas da comunidade** (PPP, 2017, p. 62, grifo nosso).

A educação serve como vertente para alcançarmos a dimensão dos valores éticos e estéticos, essa dimensão contribui para a construção e fortalecimento de uma sociedade reflexiva, crítica e responsável o que evidencia a dimensão dos valores éticos/estéticos. Além disso, observa-se a necessidade de levar aos alunos o reconhecimento de fatores que promovam o bem-estar e o entendimento do uso sustentável dos bens naturais, o que demonstra a aproximação com a dimensão dos conhecimentos necessários para o entendimento dessa temática.

Dentro do PPP, são trazidas algumas dificuldades a serem enfrentadas pelos alunos acerca da questão dos conhecimentos:

A complexidade da temática ambiental e a diversidade da realidade brasileira tornam mais difíceis a seleção dos **conteúdos** de forma que se garanta aos alunos a aprendizagem que lhes possibilite posicionar-se em relação às questões ambientais e atuar na melhoria de sua qualidade. Também a cultura, a história e os costumes irão determinar diferenças no trabalho com o tema Meio Ambiente, visto que ele se altera segundo as diferentes formas de organizações socioculturais (PPP, 2017, p. 62, grifo nosso).

Também é possível observar a importância dada pela Instituição de Ensino sobre o desenvolvimento do senso crítico dos educandos e responsabilidade que são indicadores de uma dimensão política sendo explicitada. Conforme, abordado por Layrargues (2006, p. 191), a:

Educação Ambiental crítica é um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas [...].

Para Guimarães (2004, p. 31):

[...] sobre a perspectiva crítica da educação ambiental, acredito que as ações pedagógicas que reflitam essa compreensão devam superar a mera transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos, assim como as ações de sensibilização, envolvendo afetivamente os educandos com a causa ambiental [...]. No entanto, superar essa tendência não significa negá-las, mas apropriá-las ao contexto crítico que pretendemos no processo educativo.

Afim de alcançar a perspectiva crítica da Educação Ambiental, é necessário que se tenha um PPP estruturado e que remeta as questões socioambientais relacionadas ao cotidiano, assim como um questionamento acerca do atual modelo de relação sociedade-natureza o qual foi observado nos trechos do PPP trazidos acima.

Através dos trechos abordados, observa-se que a presente instituição preocupa-se que os alunos sejam capazes de realizar ações voltadas ao meio em que estão inseridos de forma a importar-se com a relação sociedade-natureza para a construção de um compromisso ético com a sociedade.

Outros excertos apresentam a intencionalidade do PPP em relação à Natureza Política da Educação Ambiental. A saber,

A Educação Ambiental deverá garantir que alunos vejam a conservação do meio ambiente, e uso dos recursos naturais como **responsabilidade de cada um**, buscando a sensibilidade, **responsabilidade e a formação para a cidadania** PPP (2017, p. 62, grifo nosso)

Analisando o trecho acima, encontrou-se os termos como “responsabilidade” e “cidadania” consideradas palavras-chave para o alcance dessa dimensão. “O sujeito da ação política é aquele capaz de identificar problemas e participar dos destinos e decisões que afetam seu campo de existência individual e coletivo” (CARVALHO, 2012, p. 189).

Desta forma, assim como abordado por Carvalho (2006, p. 29) “somos levados a *repensar* e a *reaprender* o mundo a partir de perguntas sobre o mundo”. Teremos então que desconstruir o até então pensado para a transformação de uma nova relação sociedade-natureza (CARVALHO, 2006). Logo, entra em ação a importância da abordagem de alguns conteúdos históricos relacionados à Educação Ambiental, por isso torna-se importante o conhecimento histórico do mundo, sendo que “apreender a complexidade ambiental, implica um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento” (LEFF, 2002, p. 191-192), portanto, o indivíduo necessita conhecer, compreender e construir o novo conhecimento dentro do contexto ambiental sobre o *mundo* dos conhecimentos.

Para que seja possível a concretização da práxis humana quanto à ação política deve-se buscar na educação o desenvolvimento de um mecanismo possível a sensibilizar os indivíduos, tornando-os capazes de participar ativamente das decisões em busca do cuidado com o nosso bem comum e de uns com os outros.

Através da responsabilidade e reflexão de cada indivíduo poderá se ter a transformação de uma sociedade capaz de atuar em conjunto e alcançar o que chamamos de dimensão política.

É a necessária liberdade e autonomia como constituinte do ideal de cidadania que aproxima novamente essa dimensão política à dimensão de conhecimentos e valores. O sujeito autônomo é aquele que é capaz *de estabelecer juízos de valor e assumir responsabilidades pela escolha*. Além disso, a autonomia pressupõe a possibilidade dos sujeitos individualmente e coletivamente estabelecerem relações de responsabilidade com o meio natural e *escolherem livremente os meios e os objetivos de seu crescimento intelectual e as formas de inserção no mundo social* (p. 238). CARVALHO (2006, p. 37).

Para que se tenha a presença da Natureza Política da Educação Ambiental dentro de qualquer contexto, é preciso que as três dimensões estejam expressas em conjunto, nesse sentido diz-se que, uma é complementar a outra.

Desta forma, foi possível encontrar no PPP do Colégio Estadual em questão a Natureza Política da Educação Ambiental a qual Carvalho (2006) nos apresenta, verificando a presença das dimensões intituladas como a valores éticos e estéticos, dimensão dos conhecimentos e dimensão política.

Algumas possibilidades as quais poderiam ser expressas no contexto escolar seriam que os professores poderão trabalhar o tema de forma interdisciplinar, já que a Educação Ambiental é trazida pelos PCN's (1997) como um tema transversal. A integração deste tema com as diversas disciplinas, faz com que os alunos possam abranger sua visão sobre Educação Ambiental, de forma a olhar e relacionar os fatores sociais, históricos, culturais e econômicos da população com esse tema.

Dentre as possibilidades do desenvolvimento de uma Educação Ambiental efetiva dentro da escola de Educação Básica, também se encontram algumas limitações relacionadas a este tema as quais podem ser implicadas quanto a Educação Ambiental no âmbito escolar. Uma dessas limitações pode ser encontrada nos planejamentos de aulas os quais podem não ser elaborados de acordo com o que se está descrito no PPP, desta forma é possível que as ações relacionadas a temática ambiental não sejam atendidas assim como previsto no documento que orienta sobre o trabalho escolar.

Outra limitação pode ser ainda sobre a dificuldade encontrada por alguns professores em desenvolver uma prática eficiente para trabalhar de forma interdisciplinar a Educação Ambiental com os alunos dentro de sua própria disciplina.

Observa-se que diante de tantos limites presentes dentro da prática de Educação Ambiental, ainda existem possibilidades as quais devem ganhar uma atenção especial dos gestores e educadores das Instituições de Ensino, pois, será através das ações que esses irão promover a sensibilização dos educandos com o meio no qual vivemos, a busca pela construção de uma sociedade democrática e responsável por suas ações, bem como para o fortalecimento de uma nova relação entre sociedade-natureza.

## 5 CONCLUSÕES

Mediante a abordagem de pesquisa qualitativa e da análise do documento PPP do determinado Colégio Estadual localizado em um município no sudoeste do Paraná, foi possível verificar a presença da Natureza Política da Educação Ambiental, onde dentro do texto analisado foram encontradas as dimensões dos valores éticos e estéticos, a dimensão dos conhecimentos e a dimensão política.

Percebe-se desta forma, a busca da presente escola de Educação Básica por meio de suas práticas de Educação Ambiental, a sensibilização dos educandos e a formação de sujeitos críticos e reflexivos quanto as suas ações.

Contudo, após a análise deste documento encontrou-se alguns limites e possibilidades quanto o desenvolvimento das ações de Educação Ambiental. Diversas possibilidades foram encontradas como por exemplo a diversidade de práticas que a Instituição visa trabalhar com os alunos, bem como a forma de desenvolvimento dessas ser de modo interdisciplinar. Por outro lado, encontraram-se algumas supostas limitações as quais podem ser demasiadas dentro das escolas, e que devem ganhar uma atenção especial dos gestores, educadores e pesquisadores, sendo importante que esses contribuam com sugestões aos limites encontrados, gerando propostas que levem a reflexão do indivíduo quanto ao seu atual modo de vida, possibilitando a mudança das suas ações como parte de uma sociedade, compreendendo os diversos fatores que fazem parte de uma cidadania, instigando-os a produzir com sua própria criatividade ações de promoção e sensibilização de Educação Ambiental dentro do ambiente escolar.

Espera-se que a análise deste documento contribua para o debate a respeito das questões ambientais e o processo educativo dentro da escola de Educação Básica possibilitando a formação de cidadãos que questionem o atual modelo de sociedade-natureza e, a partir disso promovam ações para mudar os cenários existentes.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Anelize Queiroz. **Educação Ambiental e a dimensão política**: um estudo de caso do programa de formação de educadores ambientais da usina hidroelétrica Itaipu Binacional. 2018. 306 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2018.

AMARAL, Anelize Queiroz. Panorama histórico da temática ambiental e educação ambiental: um campo em constante (re)construção. **REMEA Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 35, n. 2, p. 248-271. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7800>>. Acesso em: 06 set. 2018.

BARCELOS, Valdo. **Educação ambiental**: sobre princípios, metodologias e atitudes. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BONOTTO, Dalva Maria Bianchini. **O conteúdo valorativo da educação ambiental**: investigando uma proposta de Formação docente voltada para o tema. Disponível em: <[https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/Conteudo\\_Valorativo.pdf](https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/Conteudo_Valorativo.pdf)>. Acesso em: 07 mai. 2019.

BONZI, Ramon Stock. Meio século de *Primavera silenciosa*: um livro que mudou o mundo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 28, p. 207-215, jul./dez. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/31007>>. Acesso em 09 set. 2018.

BRASIL. **Educação Ambiental por um Brasil Sustentável**. Brasília. 4.ed. 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea.html>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). **Educação Ambiental**: aprendizes de sustentabilidade. Brasília, DF. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Um pouco da História da Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/historia.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília, 1988. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_05.10.1988/CON1988.pdf](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.pdf)>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CARVALHO, Izabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, Luiz Marcelo. A Temática Ambiental e o Processo Educativo: dimensões e abordagens. In: CINQUETTI, Heloisa Chalmers Sisle; LOGAREZZI, A. **Consumo e Resíduos - Fundamentos para o trabalho educativo**. São Carlos, EdUFSCar, 2006.

CINQUETTI, Heloisa Chalmers Sisle; CARVALHO, Luiz Marcelo. As dimensões dos valores e da participação política em projetos de professoras: abordagens sobre os resíduos sólidos. **Ciência & Educação**, v. 10, n. 2, p. 161-171, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132004000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132004000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 12 set. 2018.

COLÉGIO ESTADUAL “DUQUE DE CAXIAS” ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO. **Projeto Político Pedagógico**. Saudade do Iguazu, 2017. Disponível em: <<http://www.sddeduquedecaxias.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/23/2647/35/arquivos/File/PPP2017.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

DAVIS Mackenzie L. MASTEN, Susan J. **Princípios de Engenharia Ambiental**. 3. ed. São Paulo: AMGH, 2016.

DENZIN, Normam K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens**. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FORTES, Clarissa Corrêa. Interdisciplinaridade: origem, conceito e valor. **Revista Acadêmica Senac on-line**. 6. ed. set-nov, 2009.

GIBBS, Graham. R. **Análise de dados qualitativos**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun. 1995. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38200/36944>>. Acesso em: 10 out. 2018.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: LAYARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A crise ambiental e suas implicações na educação. In: QUINTAS, José Silva (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 3. ed. Brasília: Ibama, 2006.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MAGACHO, Larissa Nobre. **Pesquisa em Educação Ambiental e movimentos sociais: um estudo sobre teses e dissertações brasileiras**. 2017. 142 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro,

2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/152027>>. Acesso em: 15 set. 2018.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. **Educação ambiental**. Curitiba: SEED – PR, 2008. - 112 p. - (Cadernos Temáticos da Diversidade, 1). Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_tematicos/tematico\\_ed\\_ambiental2008.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_ed_ambiental2008.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2018.

SCHOENINGER, Fernanda Patricia. **Ambientalização curricular e a dimensão política da educação ambiental no projeto pedagógico do curso de ciências biológicas de uma universidade pública no estado do Paraná**. 2018. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas – Licenciatura), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos, 2018.

SENA, Livia Moreiras; BONOTTO, Dalva Maria Bianchini. A dimensão valorativa da temática ambiental e o trabalho com valores em aulas de ciências. **Nuances**: estudos sobre Educação. Ano XVIII. v. 23, n. 24, p. 179-199. 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/1897/1778>>. Acesso em: 22 set. 2018.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico: Um convite à reflexão. IN VEIGA, Ilmas Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. (Orgs.). **Escola**: Escola do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1998.